

**PLANO DE LOGÍSTICA  
SUSTENTÁVEL**

**PLS-TRF1**

**2021-2026**

**Presidente do TRF1**

I'talo Fioravanti Sabo Mendes

**Vice-presidente**

Francisco de Assis Betti

**Corregedora regional**

Ângela Catão

**Diretor-Geral**

Carlos Frederico Maia Bezerra

**Desembargadores federais**

Olindo Menezes

Cândido Ribeiro

Carlos Moreira Alves

José Amílcar Machado

Daniel Paes Ribeiro

João Batista Moreira

Souza Prudente

Maria do Carmo Cardoso

Mônica Sifuentes

Néviton Guedes

Novély Vilanova

Ney Bello

Marcos Augusto de Sousa

João Luiz de Sousa

Gilda Sigmaringa Seixas

Jamil de Jesus Oliveira

Hercules Fajoses

Carlos Pires Brandão

Daniele Maranhão

Wilson Alves de Souza

César Jatahy

**Comissão Gestora do PLS-TRF1****Presidente**

Cleber José Rocha

**Vice-presidente**

Henrique Gouveia da Cunha

**Membros**

Aline Maria Lima Sá Campos

Ana Alice Siqueira Santos Carvalho

Ariadne Maryla Tezelli Souza

Carlos Roberto de Jesus Domingues

Irani Pierre de Araújo Ribeiro

Ivani Luiz de Moraes

José Andrade Filho

Josefa Dias Gomes

Kely Marques Mello

Lucimar Nunes de Melo Bonfim

Luiz Alberto Alves

Maria Carolina de Souza Ribeiro

Matuzalém Braga dos Santos

Nádia Barbosa da Cruz Santana

Paloma Leal Coutinho

Paulo César Machado Sena

Roberta Araújo de Mello Bezerra

Rodrigo Pires Andrade Maranhão

Vânia Regina Fernandes

Wellington Machado Ribeiro

Washington Cardoso da Cunha

**Equipe****Secretaria de Governança, Gestão Estratégica e Inovação**

Wânia Maríça Araújo Vieira

**Divisão de Planejamento e Monitoramento da Estratégia**

Maria Carolina de Sousa Ribeiro

**Seção de Apoio à Gestão Socioambiental e de Acessibilidade e Inclusão**

Carlos Roberto de Jesus Domingues

## Sumário

APRESENTAÇÃO.....	5
Objetivo Geral .....	6
Objetivos Específicos .....	6
Responsabilidades .....	7
Metodologia de implementação .....	8
Monitoramento dos dados.....	9
Avaliação do PLS-TRF1.....	10
Metodologia de Revisão.....	11
Cenários.....	13
Parâmetros para estabelecimento das metas .....	18
Classificação da Meta .....	20
Metas de desempenho do PLS .....	22
Associação das Metas do PLS-TRF1 aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS da ONU .....	26
INDICADORES E METAS.....	35
PAPEL .....	36
COPOS DESCARTÁVEIS E ÁGUA ENVASADA.....	40
IMPRESSÃO DE DOCUMENTOS.....	47
ENERGIA ELÉTRICA.....	51
ÁGUA E ESGOTO.....	55
GESTÃO DE RESÍDUOS.....	59

QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO .....	62
TELEFONIA.....	65
VIGILÂNCIA.....	69
LIMPEZA .....	72
REFORMAS E LEIAUTE .....	75
COMBUSTÍVEL.....	78
VEÍCULOS .....	81
CAPACITAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO EM SUSTENTABILIDADE .....	84
CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS .....	87
EQUIDADE E DIVERSIDADE .....	89
PLANO DE AÇÃO DO PLS (Período 2021/2022).....	91
Práticas de sustentabilidade, racionalização e consumo consciente quanto à aquisição de materiais e à contratação de serviços.....	106
Ações de Divulgação, Sensibilização e Capacitação.....	116

# APRESENTAÇÃO

O Plano de Logística Sustentável do Tribunal Regional Federal da 1ª Região – PLS-TRF1 é o instrumento de gestão da sustentabilidade do Tribunal, vinculado à Estratégia da Justiça Federal da 1ª Região (Resolução Presi 10/2021), instituído em cumprimento à Resolução CNJ 400/2021, que dispõe sobre a política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário.

A gestão da sustentabilidade da Justiça Federal da 1ª Região é composta pelos Planos de Logística Sustentável do Tribunal e das 14 seccionais, conduzida de forma descentralizada por suas respectivas comissões gestoras e por suas unidades de sustentabilidade.

O primeiro ciclo do PLS, alinhado ao Plano Estratégico da Justiça Federal 2015-2020, possibilitou ao Tribunal e às seccionais alcançar resultados relevantes na redução do impacto socioambiental de suas atividades e na conscientização do corpo funcional para os temas relacionados à sustentabilidade.

A experiência adquirida pela Comissão Gestora do PLS-TRF1 e pelas unidades envolvidas na gestão da sustentabilidade do Tribunal bem como o conjunto da série histórica dos indicadores coletados ao longo dos anos forneceram base consistente para a elaboração do presente plano, o qual se apresenta de forma mais estruturada, com a proposição de indicadores e metas metodologicamente fundamentadas.

Assim, dando continuidade à promoção das práticas bem sucedidas e adequando o plano à conjuntura desafiadora que se aponta no horizonte, o PLS-TRF1 busca, neste seu segundo ciclo, em que se alinha ao Plano Estratégico da Justiça Federal da 1ª Região 2021-2026, consolidar no Tribunal o valor da sustentabilidade nos seus eixos ambiental, econômico, social e cultural.

O presente plano pretende, finalmente, servir de modelo para a reformulação dos PLS pelas seccionais, objetivando o alinhamento na gestão da sustentabilidade da Justiça Federal da 1ª Região.

Desembargador Federal ITALO FIORAVANTI SABO MENDES  
Presidente

# Alinhamento do PLS-TRF1 à Estratégia da Justiça Federal da 1ª Região

O Plano de Logística Sustentável do Tribunal – PLS-TRF1 2021-2026 alinha-se à Estratégia da Justiça Federal da 1ª Região 2021-2026 (art. 5º da Resolução CNJ 400/2021), aprovada pela Resolução Presi 10/2021, aos seus valores, entre os quais o da “*Responsabilidade Ambiental*”, e, principalmente, ao objetivo estratégico “Promover a adoção de práticas sustentáveis nas iniciativas e nos processos de trabalho”. O PLS-TRF1 2021-2026 alinha-se também ao Macrodesafio Nacional “*Promoção da Sustentabilidade*”, que tem como indicador de Acompanhamento o “*Índice de Desempenho de Sustentabilidade – IDS*”, instituído pelo Conselho Nacional de Justiça (Resolução CNJ 325/2020).

## Objetivo Geral

Aprimorar a gestão da sustentabilidade no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, nos seus eixos ambiental, econômico, social e cultural.

## Objetivos Específicos

1. Promover ações que estimulem:

- a mudança nos padrões de compra e consumo;
- o aperfeiçoamento contínuo da qualidade do gasto público;
- o uso sustentável de recursos naturais e bens públicos;

- a redução do impacto negativo das atividades do órgão no meio ambiente, com a adequada gestão dos resíduos gerados;
- a efetivação de contratações sustentáveis;
- a sensibilização e capacitação da força de trabalho para a gestão da sustentabilidade;
- a qualidade de vida no ambiente de trabalho;
- a transparência da gestão da sustentabilidade.

2. Ser referência na gestão da sustentabilidade para a Justiça Federal da 1ª Região.

## Responsabilidades

Cabe à Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável do Tribunal Regional Federal da 1ª Região – CGPLS-TRF1 a responsabilidade de deliberar sobre os indicadores e metas e propor a revisão do PLS-TRF1 (art. 19 da Resolução CNJ 400/2021).

A Comissão Gestora é apoiada pelos gestores das unidades relacionadas no Plano de Ação, especialmente na execução do Plano de Ação, na mensuração dos indicadores e no cumprimento das metas propostas.

Por alinhar-se ao Planejamento Estratégico da Justiça Federal da 1ª Região (art. 5º da Resolução CNJ 400/2021), e tendo em vista que a execução da estratégia da Justiça Federal cabe a todos os magistrados, servidores e colaboradores da 1ª Região (Resolução Presi 10/2021), a responsabilidade pela execução do PLS é compartilhada por todos.

# Metodologia de implementação

A implementação do PLS é realizada por meio do desdobramento dos objetivos estratégicos, indicadores e metas em ações e/ou projetos com cronograma e responsáveis definidos.

Para tanto, foram criados cinco grupos executivos, abaixo, com a atribuição de executar, propor atualizações e monitorar o Plano de Ação do PLS:

- I – Grupo Executivo I de Uso Eficiente de Insumos e Materiais e de Gestão de Resíduos;
- II – Grupo Executivo II de Consumo Sustentável de Recursos Naturais e de Gestão de Obras;
- III – Grupo Executivo III de Aquisição e Consumo Sustentável dos Recursos Tecnológicos;
- IV – Grupo Executivo IV de Promoção da Qualidade de Vida no Trabalho, Comunicação e Capacitação;
- V – Grupo Executivo V de Promoção Sustentável dos Serviços de Vigilância, Limpeza e Transporte.

Os grupos executivos têm o suporte técnico da Seção de Apoio à Gestão Socioambiental e de Acessibilidade e Inclusão – Seamb, que apoia as atividades de planejamento, implementação, monitoramento e avaliação, e da Comissão Gestora do PLS-TRF1, a quem cabe promover ações que estimulem a reflexão e a mudança dos padrões de compra, consumo, gestão documental, conscientização e engajamento da força de trabalho do Tribunal, em conjunto e com a efetiva participação das áreas responsáveis.

Os gestores do Tribunal são solidariamente responsáveis pelas práticas de gestão sustentável, pela racionalização na utilização de recursos naturais e bens públicos, pelo incentivo à mudança comportamental no que diz respeito à defesa do equilíbrio e da qualidade do meio ambiente como valor de cidadania.



# Monitoramento dos dados

O monitoramento do PLS-TRF1 é realizado de forma compartilhada pelos grupos executivos pela Seção de Apoio à Gestão Socioambiental e de Acessibilidade e Inclusão e pela Comissão Gestora, por meio do acompanhamento contínuo:

- do desempenho do Tribunal diante dos objetivos, indicadores e metas que compõem o Referencial Estratégico
- da execução das ações e projetos inseridos no Plano de Ação do PLS.

Os dados socioambientais do Tribunal são lançados no Sistema PLS-Jud/CNJ, disponibilizado pelo Departamento de Pesquisas Judiciárias do Conselho Nacional de Justiça, os quais também alimentam o Painel da Sustentabilidade da 1ª Região disponibilizado no Portal Eletrônico do Tribunal.

Cabe:

- aos gestores das áreas técnicas responsáveis pelas práticas sustentáveis alimentar o Sistema PLS-Jud/CNJ com os dados dos indicadores atualizados, conforme a periodicidade de apuração de cada um;
- à Divisão do Compras lançar as informações relativas aos critérios de sustentabilidade em cada item do inventário do Tribunal;
- aos gerentes dos projetos e responsáveis pelas ações relatar o andamento das iniciativas do Plano de Ação do PLS.

O acompanhamento contínuo dos dados permite à Comissão Gestora do PLS e aos seus grupos executivos tomarem, tempestivamente, as providências necessárias para atingimento das metas do PLS.

# Avaliação do PLS-TRF1

Para a avaliação do desempenho do PLS serão considerados:

- os objetivos estratégicos, indicadores e metas;
- a ampliação dos bens adquiridos com critérios de sustentabilidade;
- a execução das ações e projetos socioambientais.

As avaliações do PLS são realizadas por todas as instâncias de atuação dos atores da gestão da sustentabilidade: Comissão Gestora – CGPLS-TRF1, grupos executivos e Seamb, com os seguintes objetivos:

- contínua, à medida do lançamento dos dados, visando o atingimento das metas;
- anual, com a elaboração do Relatório Anual de Desempenho do PLS do Tribunal, para o eventuais ajustes de metas e ações;
- bienal, ao fim de cada ciclo de seu Plano de Ação bienal, para definição dos indicadores, metas e ações, para o próximo biênio;
- sexenal, ao fim de cada ciclo do Planejamento Estratégico da Justiça Federal e da 1ª Região, para análise e construção do PLS alinhado ao próximo ciclo de planejamento estratégico.

# Metodologia de Revisão

A revisão do Plano de Logística Sustentável do Tribunal Regional Federal da 1ª Região – PLS-TRF1 é fruto do trabalho conjunto da Comissão Gestora do PLS - CGPLS, de seus grupos executivos, bem como da colaboração de diretores e servidores das unidades vinculadas aos temas tratados no PLS, as quais contribuíram para o fornecimento, revisão e análise de dados e para o estabelecimento das propostas de metas.

As séries históricas dos indicadores socioambientais instituídos pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ (Resolução CNJ 400/2021 e o 5º Balanço da Sustentabilidade do Poder Judiciário), que ora fazem parte integrante do PLS, foram essenciais para a definição das novas metas.

A exemplo do CNJ o TRF1 adotou um indicador-chave vinculado a cada meta, conforme prescrito pela metodologia de construção de indicadores. Cada indicador-chave mede, assim, o índice de racionalização do item tratado (ex: índice de racionalização de consumo de papel, índice de racionalização de consumo de energia elétrica etc.). Devido à atipicidade do ano de 2020, estabeleceu-se, em regra o ano de 2019 como ano referência.

Dada a incerteza de cenário em razão da pandemia de Covid-19, a mudança cultural e no modo de trabalho e o consequente impacto nos indicadores socioambientais, a Comissão Gestora do PLS optou por definir, inicialmente, metas bienais para PLS-TRF1 2021-2026, as quais serão revisadas ao fim do primeiro biênio.

As metas buscaram, onde coube e quando possível, alcançar a média da Justiça Federal e a consequente melhoria de desempenho no Índice de Desempenho de Sustentabilidade – IDS instituído pelo CNJ, pesados e analisados os resultados alcançados no período 2015 a 2019, a tendência, o cenário pré-pandemia de Covid-19, o cenário da pandemia, a capacidade de desempenho do Tribunal no cenário pós-pandemia, assim como os pontos fortes e as limitações do Tribunal no desenvolvimento de cada tema.

<b>TEMAS QUE COMPÕEM O CÁLCULO DO ÍNDICE DE DESEMPENHO DE SUSTENTABILIDADE – IDS</b>	
<b>TEMAS</b>	<b>INDICADORES CRÍTICOS</b>
<b>Energia elétrica</b>	Cons. E.E./área total
<b>Água</b>	Cons. Água /área total
<b>Papel</b>	<b>Cons. Papel per capita</b>
<b>Copos descartáveis</b>	<b>Cons. Copos desc. per capita</b>
<b>Água envasada</b>	<b>Cons. Água envas. per capita</b>
<b>Deslocamento de pessoal</b>	Número de usuários por veículo
<b>Reciclagem</b>	Papel destin. Recicl./papel consumido
<b>Ações de Qualidade de Vida</b>	Participação relativa em ações de qualidade de vida

# Cenários

Coincidiu com o novo ciclo do PLS a clara oposição de cenários “pré-Pandemia de Covid-19 *versus* Pandemia”.

A Comissão Gestora do PLS espera para o próximo ciclo um cenário intermediário entre os anos de 2019 e 2020, incerto, contudo, a depender do grau de incorporação das lições aprendidas ao longo do período da pandemia.

O ano de 2020 teve expressiva melhora dos indicadores socioambientais, causada pela forte queda no consumo de recursos naturais, em decorrência da forçosa adoção do trabalho remoto como forma predominante de trabalho.

**CENÁRIO I  
(2019)**

**Grau de Favorecimento à Sustentabilidade**

<b>Quesito</b>	<b>Baixo</b>	<b>Médio</b>	<b>Alto</b>
Meio de Realização do Trabalho (Suporte)	Predominantemente Físico (Papel)	Misto	Predominantemente Eletrônico
Modalidade de Trabalho	Predominantemente Presencial	Híbrido	Predominantemente Remoto
Automatização de Processos de Trabalho	Manual	Manual/Sistemas	Sistemas/I.A.
Mecanização do Serviço	Baixo Grau	Médio Grau	Alto Grau
Geração de Resíduos	Alta Geração de Resíduo de Papel	Média Geração de Resíduo de Papel	Baixa Geração de Resíduo de Papel
	Baixa Redução de Uso do Plástico Descartável	Redução Parcial de Uso do Plástico Descartável	Alta Redução de Uso do Plástico Descartável
Gestão de Resíduos	Destinação Inadequada	Destinação Parcialmente Adequada	Destinação Adequada
Transporte	Terceirização da Frota Baixa ou Inexistente	Terceirização Média da Frota	Terceirização da Frota Elevada
Instalações	Edificações com mais de 40 anos	Edificações com idade entre 40 e 20 anos	Edificações com menos de 20 anos
	Alta Diversidade de Edificações	Média Diversidade de Edificações	Baixa Diversidade de Edificações
	Grande Número de Edificações	Médio Número de Edificações	Baixo Número de Edificações
	Baixo Grau de Modernização	Médio Grau de Modernização	Alto Grau de Modernização

**CENÁRIO II  
(2020)**

**Grau de Favorecimento à Sustentabilidade**

<b>Quesito</b>	<b>Baixo</b>	<b>Médio</b>	<b>Alto</b>
Meio de Realização do Trabalho (Suporte)	Predominantemente Físico (Papel)	Misto	Predominantemente Eletrônico
Modalidade de Trabalho	Predominantemente Presencial	Híbrido	Predominantemente Remoto
Automatização de Processos de Trabalho	Manual	Manual/Sistemas	Sistemas/I.A.
Mecanização do Serviço	Baixo Grau	Médio Grau	Alto Grau
Geração de Resíduos	Alta Geração de Resíduo de Papel	Média Geração de Resíduo de Papel	Baixa Geração de Resíduo de Papel
	Baixa Redução de Uso do Plástico Descartável	Redução Parcial de Uso do Plástico Descartável	Alta Redução de Uso do Plástico Descartável
Gestão de Resíduos	Destinação Inadequada	Destinação Parcialmente Adequada	Destinação Adequada
Transporte	Terceirização da Frota Baixa ou Inexistente	Terceirização Média da Frota	Terceirização da Frota Elevada
Instalações	Edificações com mais de 40 anos	Edificações com idade entre 40 e 20 anos	Edificações com menos de 20 anos
	Alta Diversidade de Edificações	Média Diversidade de Edificações	Baixa Diversidade de Edificações
	Grande Número de Edificações	Médio Número de Edificações	Baixo Número de Edificações
	Baixo Grau de Modernização	Médio Grau de Modernização	Alto Grau de Modernização

**CENÁRIO III  
(2021/2022)**

**Grau de Favorecimento à Sustentabilidade**

Quesito	Baixo	Médio	Alto
Meio de Realização do Trabalho (Suporte)	Predominantemente Físico (Papel)	Misto	Predominantemente Eletrônico
Modalidade de Trabalho	Predominantemente Presencial	Híbrido	Predominantemente Remoto
Automatização de Processos de Trabalho	Manual	Manual/Sistemas	Sistemas/I.A.
Mecanização do Serviço	Baixo Grau	Médio Grau	Alto Grau
Geração de Resíduos	Alta Geração de Resíduo de Papel	Média Geração de Resíduo de Papel	Baixa Geração de Resíduo de Papel
	Baixa Redução de Uso do Plástico Descartável	Redução Parcial de Uso do Plástico Descartável	Alta Redução de Uso do Plástico Descartável
Gestão de Resíduos	Destinação Inadequada	Destinação Parcialmente Adequada	Destinação Adequada
Transporte	Terceirização da Frota Baixa ou Inexistente	Terceirização Média da Frota	Terceirização da Frota Elevada
Instalações	Edificações com mais de 40 anos	Edificações com idade entre 40 e 20 anos	Edificações com menos de 20 anos
	Alta Diversidade de Edificações	Média Diversidade de Edificações	Baixa Diversidade de Edificações
	Grande Número de Edificações	Médio Número de Edificações	Baixo Número de Edificações
	Baixo Grau de Modernização	Médio Grau de Modernização	Alto Grau de Modernização



GRAU DE VIRTUALIZAÇÃO/AUTOMATIZAÇÃO DO TRABALHO									
0	1	2	3	4	5	6	7	8	9
			<b>CENÁRIO I (2019)</b>	<b>CENÁRIO III (2021/2022)</b>			<b>CENÁRIO II (2020)</b>		
			Processos Físicos + Processos Eletrônicos	Processo Predominantemente Eletrônico			Processos Eletrônicos + Processos Físicos		
			Trabalho Predominantemente Presencial	Trabalho Híbrido			Trabalho Predominantemente Remoto		

# Parâmetros para estabelecimento das metas

A Comissão Gestora do PLS delimitou os seguintes parâmetros (internos e externos) para a definição das metas:

Parâmetros internos:

- a) RESULTADO ALCANÇADO: é o resultado para a meta já alcançado pelo Tribunal desde a instituição do PLS-TRF1 (período de 2015 a 2019. O ano de 2020 foi desconsiderado neste quesito por sua atipicidade;
- b) TENDÊNCIA: é a tendência observada, obtida pela média dos resultados de 2015 a 2019;
- c) CAPACIDADE DE DESEMPENHO FUTURO: é a capacidade estimada de desempenho futuro, em vista do resultado alcançado, do cenário esperado para o próximo ciclo bem como dos pontos fortes e das limitações do Tribunal em relação à meta.

Parâmetro externo:

- a) MÉDIA DA JUSTIÇA FEDERAL: é a média do resultado obtido para a meta pela Justiça Federal, quando cabível a comparação, calculada pelo CNJ (5º Balanço da Sustentabilidade do Poder Judiciário).

Obs.: Este parâmetro foi aplicado onde cabível, não havendo esta referência para algumas metas ou sendo inaplicável a comparação para outras.

Parâmetros para Estabelecimento da Meta	
Quesito	Situação
Compõe o cálculo do Índice de Desenvolvimento Sustentável - IDS	Sim/Não
Meta de Longo Prazo	Média da Justiça Federal
Resultado no período 2015-2019 – Cenário I –	Redução percentual alcançada até 2019
Tendência Observada – Cenário I –	Percentual de redução médio anual
Resultado em 2020 (em relação a 2019) – Cenário II –	Redução Alcançada em 2020
Capacidade Estimada de Cumprimento – Cenário III –	Capacidade estimada de cumprimento no cenário previsto
Meta Proposta	Proposta de meta, ponderados a criticidade, a meta de longo prazo e o cenário previsto.
Pontos fortes	Situações que favoreçam o atingimento da meta
Limitações	Entraves que dificultam o atingimento da meta
Risco de não atendimento da meta sugerida	Resposta livre

# Classificação da Meta

## Quanto à sua criticidade

A comissão elegeu como prioridade a melhora do resultado do Tribunal no Índice de Desempenho de Sustentabilidade – IDS instituído pelo CNJ. Este direcionamento permitiu a classificação da criticidade das metas, levando-se em conta sua participação no cálculo do IDS e a performance do Tribunal em relação à Justiça Federal.

Meta crítica: A meta será considerada crítica se o tema a que ela se referir for considerado para o cálculo do IDS e se o resultado para o TRF1 estiver abaixo do resultado médio da Justiça Federal.

Meta não crítica: A meta que não se enquadra na classificação crítica.

## Quanto à capacidade de seu cumprimento

As metas receberam classificação também em relação à capacidade de seu cumprimento pelo Tribunal. Neste quesito, estão classificadas como conservadoras, moderadas e desafiadoras.

Conservadora: A meta será considerada conservadora se esta for igual ou menor do que a tendência anual (média de redução entre aos anos de 2015 e 2019).

Moderada: A meta será considerada moderada se esta for maior do que a tendência anual (média de redução entre aos anos de 2015 e 2019) e menor que do que a capacidade de cumprimento prevista.

Desafiadora: A meta será considerada desafiadora se esta for maior do que a capacidade de cumprimento prevista.

# Classificação da Meta

Classificação Meta			
Quanto à Criticidade	Crítica	Não crítica	
Quanto ao Atingimento	Conservadora	Moderada	Desafiadora

# Metas de desempenho do PLS

## Série histórica

<b>Índice das metas individuais (percentual de cumprimento de cada meta)</b>									
Se resultado do índice for maior do que 100%, o resultado considerado é 100%									
<b>PLS 2015-2020</b>									
<b>Objetivo Estratégico</b>	<b>Tema</b>	<b>Subtema</b>	<b>Meta Nº</b>	<b>Meta</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>
Promover o uso eficiente de insumos e materiais (papel, descartáveis e impressões)	Tema 1 – Insumos e materiais	Subtema 1.1 – Papel	1	Reduzir o consumo de papel em 1% a.a. até 2020	100%	100%	100%	100%	100%
		Subtema 1.2 – Descartáveis e água mineral engarrafada	2	Reduzir o consumo de copos descartáveis em 1% a.a. até 2020	100%	100%	100%	100%	100%
			3	Manter o consumo atual (2015) de água mineral até 2020	77%	100%	100%	100%	100%
		Subtema 1.3 – Impressões e equipamentos	4	Reduzir o consumo de suprimentos de impressão (toner) em 2% a.a. até 2020	91%	100%	100%	100%	100%
Gerir de forma eficiente energia, água e resíduos	Tema 2 – Energia elétrica		5	Reduzir o consumo de energia elétrica em kWh em 0,5% a.a. até 2020	100%	100%	100%	100%	100%
	Tema 3 – Água e esgoto		6	Reduzir o consumo de água e esgoto em 8.000 m <sup>3</sup> até 2020	100%	100%	100%	100%	100%
	Tema 4 – Gestão de resíduos		7	(2016-2018) Ampliar a destinação de materiais diversos à reciclagem em 2% a.a. até 2020 (2019-2020) Ampliar a destinação de materiais diversos à reciclagem em 2% a.a. até 2020, em relação aos resíduos gerados	100%	100%	69%	100%	100%
Promover a qualidade de vida no ambiente de trabalho	Tema 5 – Qualidade de vida no ambiente de trabalho		8	Ampliar a participação de servidores em ações de qualidade de vida no trabalho, solidárias e de inclusão (PNE) em 0,5% a.a. até 2020	100%	100%	100%	100%	100%
Promover	Tema 6 –	Subtema 6.1 –	9	Reduzir o gasto com telefonia fixa e móvel em 3% a.a. até 2020	97%	100%	100%	100%	100%

contratações e deslocamentos sustentáveis	Contratações sustentáveis	Telefonia							
		Subtema 6.2 – Vigilância	10	Manter os gastos atuais (2015) com vigilância até 2020, desconsideradas as repactuações	100%	100%	100%	100%	100%
		Subtema 6.3 – Limpeza	11	Manter os gastos atuais (2015) com limpeza até 2020, desconsideradas as repactuações	100%	100%	100%	100%	100%
		Subtema 6.4 – Layout	12	Reduzir o valor gasto com reformas em 10% a.a. até 2020	100%	100%	100%	100%	100%
	Tema 7 – Deslocamentos de pessoal, bens e materiais	Subtema 7.1 – Combustível	13	(2016-2018) Reduzir a quantidade de Km rodados em 7,5% até 2020 (2019-2020) Não aumentar a quantidade de KM rodados até 2020	100%	88%	64%	95%	100%
	Subtema 7.2 – Veículos	14	(2016-2018) Reduzir os gastos com manutenção preventiva e corretiva em 15% até 2020 Não aumentar em mais de 5% os gastos com manutenção preventiva e corretiva até 2020	50%	40%	32%	47%	86%	
Promover a sensibilização e a capacitação da força de trabalho em gestão socioambiental	Tema 8 – Sensibilização e capacitação contínua	15	Implantar pelo menos uma ação de sensibilização para cada tema definido na Resolução Presi 4/2016 até 2020	100%	100%	100%	100%	100%	

## Meta e Indicador de cumprimento do PLS

PLS				
N.	Indicador	Meta 2021/2022	Responsável	Periodicidade
1	Índice de cumprimento das metas individuais	Cumprir 100% de cada meta	Seamb	Anual
		<b>100%</b>		
<p>Fórmula: <math>PEM = (MA/MP) \times 100</math>            PEM - Percentual de Execução da Meta            MA - Meta Alcançada            MP - Meta para o período</p> <p>Obs.: Se resultado do índice for maior do que 100%, considerar o resultado como 100%</p>				
Mede o percentual de execução de cada meta do Plano de Logística Sustentável				



## Série histórica

PLS						
Indicador	U.M.	2016	2017	2018	2019	2020
Índice de cumprimento do PLS	Percentual	94%	95%	91%	96%	99%

## Meta e Indicador de cumprimento do PLS

PLS				
N.	Indicador	Meta 2021/2022	Responsável	Periodicidade
2	Índice de cumprimento do PLS	Cumprir 100% do PLS	Seamb	Anual
		<b>100%</b>		
Fórmula: $DPM = (\sum PEM_1 + PEM_2 + \dots + PEM_n) / QTM$ DPM - Desempenho Percentual de Metas do PLS PEM - Percentual de Execução da Meta QTM - Quantidade Total de Metas para o período				
Mede o desempenho percentual de alcance das metas constantes no Plano de Logística Sustentável				

# Associação das Metas do PLS-TRF1 aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS da ONU

As metas do PLS passam a ser associadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS propostos pela Organização das Nações Unidas – ONU na Agenda 2030.

A Agenda 2030 é um plano de ação para as pessoas, o planeta e a prosperidade, que busca fortalecer a paz universal. O plano indica 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, os ODS, e 169 metas, para erradicar a pobreza e promover vida digna para todos. São objetivos e metas claras, para que todos os países adotem de acordo com suas próprias prioridades e atuem no espírito de uma parceria global que orienta as escolhas necessárias para melhorar a vida das pessoas.

Os temas constantes dos ODS podem ser divididos em quatro dimensões:

Social: relacionada às necessidades humanas, de saúde, educação, melhoria da qualidade de vida, justiça.

Ambiental: trata da preservação e conservação do meio ambiente, com ações que vão da reversão do desmatamento, proteção das florestas e da biodiversidade, combate à desertificação, uso sustentável dos oceanos e recursos marinhos até a adoção de medidas efetivas contra mudanças climáticas.

Econômica: aborda o uso e o esgotamento dos recursos naturais, produção de resíduos, consumo de energia, entre outros.

Institucional: diz respeito às capacidades de para colocar em prática os ODS.

# OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



A Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável identificou seis ODS que podem ser associados às metas do PLS-TRF1:

Objetivo 3. Boa Saúde e Bem-Estar: Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todas e todos, em todas as idades.

(...)

3.4 Até 2030, reduzir em um terço a mortalidade prematura por doenças não transmissíveis via prevenção e tratamento, e promover a saúde mental e o bem-estar.

3.5 Reforçar a prevenção e o tratamento do abuso de substâncias, incluindo o abuso de drogas entorpecentes e uso nocivo do álcool.

(...)

Objetivo 4. Educação de Qualidade: Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos.

(...)

4.3 Até 2030, assegurar a igualdade de acesso para todos os homens e mulheres à educação técnica, profissional e superior de qualidade, a preços acessíveis, incluindo universidade.

4.4 Até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo.

(...)

4.7 Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável.

(...)

Objetivo 5 - Igualdade de Gênero: Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.

(...)

5.5.2 - Proporção de mulheres em posições gerenciais

5.6 - Assegurar o acesso universal à saúde sexual e reprodutiva e os direitos reprodutivos, como acordado em conformidade com o Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento e com a Plataforma de Ação de Pequim e os documentos resultantes de suas conferências de revisão

(...)

5.c - Adotar e fortalecer políticas sólidas e legislação aplicável para a promoção da igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas em todos os níveis

Objetivo 6. Água Potável e Saneamento: Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todas e todos.

(...)

6.4 Até 2030, aumentar substancialmente a eficiência do uso da água em todos os setores e assegurar retiradas sustentáveis e o abastecimento de água doce para enfrentar a escassez de água, e reduzir substancialmente o número de pessoas que sofrem com a escassez de água.

(...)

Objetivo 7. Energia Limpa e Acessível: Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todas e todos.

(...)

7.3 Até 2030, dobrar a taxa global de melhoria da eficiência energética.

(...)

Objetivo 10 - Redução das Desigualdades: Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles

(...)

10.2 - Até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra

(...)

10.3 - Garantir a igualdade de oportunidades e reduzir as desigualdades de resultados, inclusive por meio da eliminação de leis, políticas e práticas discriminatórias e da promoção de legislação, políticas e ações adequadas a este respeito

(...)

10.4 - Adotar políticas, especialmente fiscal, salarial e de proteção social, e alcançar progressivamente uma maior igualdade

Objetivo 12. Consumo e Produção Responsáveis: Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.

(...)

12.2 Até 2030, alcançar a gestão sustentável e o uso eficiente dos recursos naturais.

(...)

12.4 Até 2020, alcançar o manejo ambientalmente saudável dos produtos químicos e todos os resíduos, ao longo de todo o ciclo de vida destes, de acordo com os marcos internacionais acordados, e reduzir significativamente a liberação destes para o ar, água e solo, para minimizar seus impactos negativos sobre a saúde humana e o meio ambiente.

12.5 Até 2030, reduzir substancialmente a geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reuso.

12.6 Incentivar as empresas [instituições públicas, no caso do TRF], especialmente as empresas grandes e transnacionais, a adotar práticas sustentáveis e a integrar informações de sustentabilidade em seu ciclo de relatórios.

12.7 Promover práticas de compras públicas sustentáveis, de acordo com as políticas e prioridades nacionais.

12.8 Até 2030, garantir que as pessoas, em todos os lugares, tenham informação relevante e conscientização para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida em harmonia com a natureza.

(...)

Objetivo 16. Paz, Justiça e Instituições Eficazes: Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

(...)

16.6 Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis.

16.7 Garantir a tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis.

(...)

16.b Promover e fazer cumprir leis e políticas não discriminatórias para o desenvolvimento sustentável.

(...)



Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 3

## Saúde e Bem-Estar

Garantir o acesso à saúde de qualidade e promover o bem-estar para todos, em todas as idades



Objetivo de Desenvolvimento Sustentável

# 5

## Igualdade de gênero

Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas



Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4

## Educação de qualidade

Garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos



Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 6

## Água potável e saneamento

Garantir a disponibilidade e a gestão sustentável da água potável e do saneamento para todos



Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 7

## Energia limpa e acessível

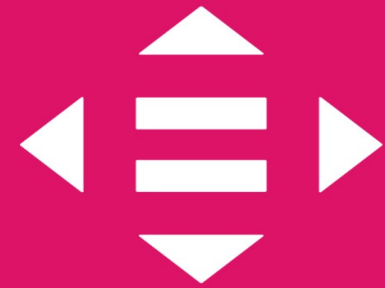
Garantir o acesso a fontes de energia fiáveis, sustentáveis e modernas para todos



Objetivo de Desenvolvimento Sustentável

## 10 Redução das desigualdades

Reduzir as desigualdades no interior dos países e entre países



Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 12

## Consumo e produção responsáveis

Garantir padrões de consumo e de produção sustentáveis



## Paz, Justiça e Instituições Eficazes

Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas a todos os níveis



# **INDICADORES E METAS**

# PAPEL

Objetivo: Racionalizar o consumo de papel



## Série histórica

Papéis							
Indicadores PLS Jud – CNJ	U.M.	2015	2016	2017	2018	2019	2020
CPNRP – Consumo de papel não reciclado próprio	RM	19.241	16.808	15.932	13.901	12.386	4.608
CPRP – Consumo de papel reciclado próprio	RM	1.814	924	670	871	715	213
CPNRC – Consumo de papel não reciclado contratado	RM	0	0	0	0	0	0
CPRC – Consumo de papel reciclado contratado	RM	0	0	0	0	0	0
CPT – Consumo de papel total	RM	21.055	17.732	16.602	14.772	13.101	4.821
GPNRP – Gasto com papel não reciclado próprio	R\$	167.397,00	164.981,34	184.195,96	183.103,85	167.407,00	62.022,16
GPRP – Gasto com papel reciclado próprio	R\$	14.784,00	9.934,27	7.887,36	13.058,43	10.588,00	3.161,49
GTP – Gasto total com papel	R\$	182.180,80	174.915,64	206.480,28	196.162,18	178.007,00	65.183,65

Fonte: 5º Balanço da Sustentabilidade do Poder Judiciário e Sistema PLS-Jud (CNJ)



## Parâmetros para Estabelecimento da Meta

Papel	
Parâmetros para Estabelecimento da Meta	
Quesito	Situação
Compõe o cálculo do IDS	Sim
Meta de longo prazo	38% ↓
Resultado no período 2015-2019 – Cenário I –	33% ↓
Tendência observada – Cenário I –	9,5 % a. a. ↓
Resultado em 2020 (em relação a 2019) – Cenário II –	65% ↓
Capacidade estimada de cumprimento – Cenário III –	20% a.a. ↓
Meta proposta	10% a.a. ↓
Pontos fortes	Processos predominantemente eletrônicos Trabalho híbrido
Limitações	Cultura na utilização de impressão
Risco de não atendimento da meta sugerida	Não aumentar resultado no IDS



## Meta e Indicadores

Papel					
N.	Indicador	Meta 2021/2022		Responsável	Periodicidade
1	Índice de racionalização de consumo de papel	Reduzir o consumo de papel reciclado (CPR) e não reciclado (CPNR) em 10% a.a. até 31 de dezembro de 2022 (ano referência 2019)		Dimap	Mensal
		10% a.a.			
		Crítica	Moderada	Dimap	Mensal
<p>Fórmula: <math>(1 - (\text{Consumo total do ano corrente} / \text{Consumo total do ano de 2019})) * 100</math>  Consumo Total = <math>\sum</math> Consumo de papel reciclado e papel não reciclado</p> <p>Descrição do indicador: mede o percentual de racionalização de consumo de papel reciclado e não reciclado.</p>					



# COPOS DESCARTÁVEIS E ÁGUA ENVASADA

Objetivo: Racionalizar o uso de copos de plástico descartáveis  
e de água envasada em embalagem plástica





## Série histórica

Copos Descartáveis							
Indicadores PLS Jud – CNJ	U.M.	2015	2016	2017	2018	2019	2020
CCA – Consumo de copos descartáveis para água	Centos	17.420	15.870	15.300	9.250	8.362	4.206
CCC – Consumo de copos descartáveis para café	Centos	22.500	1.650	1.850	1.800	2.100	1.300
CCT – Consumo total de copos descartáveis	Centos	39.920	17.520	17.150	11.050	10.462	5.506
GCA – Gastos com aquisição de copos descartáveis para água	R\$	36.893,00	35.707,50	32.441,00	18.674,00	15.940,00	8.035,00
GCA – Gastos com aquisição de copos descartáveis para café	R\$	19.575,00	1.501,50	1.792,00	1.755,00	2.543,00	1.372,12
GTCA – Gastos com aquisição de copos descartáveis	R\$	56.469,00	37.209,00	34.233,00	20.429,00	18.483,00	9.407,12

Fonte: 5º Balanço da Sustentabilidade do Poder Judiciário e Sistema PLS-Jud (CNJ)



## Parâmetros para Estabelecimento da Meta

Copos descartáveis	
Parâmetros para Estabelecimento da Meta	
Quesito	Situação
Compõe o cálculo do IDS	Sim
Meta de longo prazo	33% ↓
Resultado no período 2015-2019 – Cenário I –	47% ↓
Tendência observada – Cenário I –	14,5 % a. a. ↓
Resultado em 2020 (em relação a 2019) – Cenário II –	47% ↓
Capacidade estimada de cumprimento – Cenário III –	30% a.a. ↓
Meta proposta	10% a.a. ↓
Pontos fortes	Substituição dos copos plásticos por copos de vidro Trabalho híbrido
Limitações	Cultura na utilização dos copos plásticos
Risco de não atendimento da meta sugerida	Não aumentar resultado no IDS



## Meta e Indicador

Copos descartáveis					
N.	Indicador	Meta 2021/2022		Responsável	Periodicidade
2	Índice de racionalização de consumo de copos descartáveis	Reduzir o consumo de copos descartáveis em 10% a.a. até 31 de dezembro de 2022 (ano referência 2019)		Nucol	Anual
		10% a. a.			
		Crítica	Conservadora		
<p>Fórmula: <math>(1 - (\text{Consumo total do ano corrente} / \text{Consumo total do ano de 2019})) * 100</math>  Consumo Total = <math>\sum</math> Consumo de copo descartável de água e café</p>					
<p>Descrição do indicador: mede o percentual de racionalização de consumo com copo descartável de água e café.</p>					



## Série histórica

Água envasada em embalagem plástica							
Indicadores PLS Jud – CNJ	U.M.	2015	2016	2017	2018	2019	2020
CED – Consumo de embalagens descartáveis para água mineral	Un	7.392	9.080	3.576	3.264	7.200	5.760
CER – Consumo de embalagens retornáveis para água mineral	Un	21.800	23.320	22.000	22.142	23.300	10.550
GAED – Gasto com água mineral em embalagens descartáveis	R\$	4.533,00	5.887,60	2.591,00	2.132,00	4.737,00	3.782
GAER – Gasto com água mineral em embalagens retornáveis	R\$	105.512,00	130.825,20	141.900,00	71.705	85.045	62.561

Fonte: 5º Balanço da Sustentabilidade do Poder Judiciário e Sistema PLS-Jud (CNJ)



## Parâmetros para Estabelecimento da Meta

Água envasada em embalagem plástica	
Parâmetros para Estabelecimento da Meta	
Quesito	Situação
Compõe o cálculo do IDS	Sim
Meta de longo prazo	33% ↓
Resultado no período 2015-2019 – Cenário I –	2,5% ↓
Tendência observada – Cenário I –	0 % a. a. ↓
Resultado em 2020 (em relação a 2019) – Cenário II –	20% ↓
Capacidade estimada de cumprimento – Cenário III –	15% ↓
Meta proposta	15% até 2022 ↓
Pontos fortes	Trabalho híbrido
Limitações	Cultura no uso da água envasada
Risco de não atendimento da meta sugerida	Não aumentar resultado no IDS



## Indicadores

Água envasada em embalagem plástica					
N.	Indicador	Meta 2021/2022		Responsável	Periodicidade
3	Índice de racionalização de consumo de água envasada em embalagens descartáveis	Reduzir o consumo de água envasada em embalagens descartáveis em 15% até 31 de dezembro de 2022 (ano referência 2019)		Dimap	Anual
		15%			
		Crítica	Moderada		
<p>Fórmula: <math>(1 - (\text{Consumo total do ano corrente} / \text{Consumo total do ano de 2019})) * 100</math>  Consumo Total = <math>\sum</math> consumo de água envasada em embalagens descartáveis</p>					
Descrição do indicador: mede o percentual de racionalização do consumo com água envasada em embalagens descartáveis.					



# IMPRESSÃO DE DOCUMENTOS

Objetivo: Racionalizar os recursos destinados ao processo de impressão



## Série histórica

Impressão							
Indicadores PLS Jud – CNJ	U.M.	2015	2016	2017	2018	2019	2020
CSI – Consumo de suprimentos de impressão	Un	1.066	1.142	913	887	750	481
GAS – Gasto com aquisições de suprimentos	R\$	227.399,18	Dado em revisão	220.258,40	169.863,00	129.993,00	193.891,30
QI – Quantidade de impressões	Un	Sem dado	Sem dado	Sem dado	Sem dado	Sem dado	Sem dado
QEI – Quantidade de equipamentos de impressão	R\$	1.488	828	830	842	660	586
GAI – Gasto com aquisição de impressoras	R\$	0	0	0	74.150,00	0	221.910,00
GCO – Gasto com contratos de terceirização de impressão	R\$	321.330,00	296.137,00	306.194,00	291.927,00	412.076,00	265.656,00

Fonte: 5º Balanço da Sustentabilidade do Poder Judiciário e Sistema PLS-Jud (CNJ)





Suprimentos de Impressão	
Parâmetros para Estabelecimento da Meta	
Quesito	Situação
Compõe o cálculo do IDS	Não
Meta de longo prazo	Sem referência
Resultado no período 2015-2019 – Cenário I –	30% ↓
Tendência observada – Cenário I –	8,5 % a. a. ↓
Resultado alcançada em 2020 (em relação a 2019) – Cenário II –	35% ↓
Capacidade estimada de cumprimento – Cenário III –	10% a.a.
Meta proposta	10% a. a. ↓
Pontos fortes	Trabalho híbrido Renovação do parque de impressão
Limitações	Cultura na utilização de impressoras
Risco de não atendimento da meta sugerida	Não cumprimento do PLS



## Indicador

Impressão					
N.	Indicador	Meta 2021/2022		Responsável	Periodicidade
4	Índice de racionalização de consumo de suprimentos de impressão	Reduzir o consumo de suprimentos de impressão em 10% a. a. (ano referência 2019)		Diatu	Anual
		10% a.a.			
		Não crítica	Moderada	Dimap	Mensal
Fórmula: $(1 - (\text{Consumo do ano corrente} / \text{Consumo do ano de 2019})) * 100$					
Descrição do indicador: mede o percentual de racionalização do consumo de suprimentos de impressão.					



# ENERGIA ELÉTRICA

Objetivo: Racionalizar o consumo de energia elétrica



## Série histórica

Energia Elétrica							
Questionário anual	U.M.	2015	2016	2017	2018	2019	2020
CE – Consumo de energia elétrica	kWh	6.612.877	5.939.112	5.456.655	5.282.757	4.268.699	3.760.595
AC – Área construída	m <sup>2</sup>	57.421	57.421	57.421	57.421	54.985	54.985
CRE – Consumo relativo de energia elétrica	kWh/m <sup>2</sup>	115,16	103,43	95,03	92,00	77,63	
GE – Gasto com energia elétrica	R\$	4.101.030,51	3.956.716,48	3.762.259,83	4.093.607,08	4.268.703,97	2.904.527,93
GRE – Gasto relativo de energia elétrica	R\$/m <sup>2</sup>	71,42	68,91	65,52	71,29	77,63	

Fonte: 5º Balanço da Sustentabilidade do Poder Judiciário e Sistema PLS-Jud (CNI)



Energia Elétrica	
Parâmetros para Estabelecimento da Meta	
Quesito	Situação
Compõe o cálculo do IDS	Sim
Meta de longo prazo	47% ↓
Redução total no período 2015-2019 – Cenário I –	35% ↓
Tendência observada – Cenário I –	10 % a. a. ↓
Redução alcançada em 2020 (em relação a 2019) – Cenário II –	12% ↓
Capacidade estimada de cumprimento – Cenário III –	0%
Meta proposta	Não aumentar o consumo em relação a 2019
Pontos fortes	Trabalho híbrido
Limitações	Redução efetuada nos últimos anos atingiu seu limite Imposições orçamentárias Idade, diversidade, número e grau de modernidade das edificações Obra da Nova Sede
Risco de não atendimento da meta sugerida	Não aumentar resultado no IDS



## Indicadores

Energia Elétrica					
N.	Indicador	Meta 2021/2022		Responsável	Periodicidade
5	Índice de racionalização de consumo de energia elétrica (kWh)	Não aumentar o consumo de energia elétrica (ano referência 2019)		Dieng	Anual
		<b>Não aumentar</b>			
		Crítica	Conservadora		
Fórmula: $(1 - (\text{Consumo no ano corrente} / \text{Consumo no ano de 2019})) * 100$					
Descrição do indicador: mede o percentual de racionalização de consumo de energia elétrica					



# ÁGUA E ESGOTO

Objetivo: Racionalizar o consumo de água e esgoto.



## Série histórica

Água e Esgoto							
Indicadores PLS Jud – CNJ	U.M.	2015	2016	2017	2018	2019	2020
CA – Consumo de água	m <sup>3</sup>	52.920	40.464	31.229	29.782	27.944	16.172
AC – Área construída	m <sup>2</sup>	57.421	57.421	57.421	57.421	54.985	54.985
CRA – Consumo relativo de água	m <sup>3</sup> /m <sup>2</sup>	1,01	0,70	0,54	0,52	0,51	0,29
GA – Gasto com água	R\$	941.179,00	805.425,25	704.899,88	645.878,00	627.557,32	387.123,63
GRA – Gasto relativo de água	R\$/m <sup>2</sup>	16,39	14,03	12,27	11,25	11,41	7,04

Fonte: 5º Balanço da Sustentabilidade do Poder Judiciário e Sistema PLS-Jud (CNJ)





Água e Esgoto	
Parâmetros para Estabelecimento da Meta	
Quesito	Situação
Compõe o cálculo do IDS	Sim
Meta de longo prazo	17% ↓
Resultado no período 2015-2019 – Cenário I –	47% ↓
Tendência observada no período 2015-2019 – Cenário I –	15 % a. a. ↓
Resultado em 2020 (em relação a 2019) – Cenário II –	42% ↓
Capacidade estimada de cumprimento – Cenário III –	0%
Meta proposta	Não aumentar o consumo em relação a 2019
Pontos fortes	Trabalho híbrido
Limitações	Redução efetuada nos últimos anos atingiu seu limite Imposições orçamentárias Idade, diversidade, número e grau de modernidade das edificações Obra da Nova Sede
Risco de não atendimento da meta sugerida	Não aumentar resultado no IDS



## Indicador

Água e Esgoto					
N.	Indicador	Meta		Responsável	Periodicidade
		2021/2022			
6	Índice de racionalização de consumo de água	Não aumentar o consumo de Água e Esgoto (ano referência 2019)		Dieng	Mensal
		<b>Não aumentar</b>			
		Crítica	Conservadora		
Fórmula: $(1 - (\text{Consumo do ano corrente} / \text{Consumo no ano de 2019})) * 100$					
Descrição do indicador: mede o percentual de racionalização de consumo água.					



# GESTÃO DE RESÍDUOS

Objetivo: Aperfeiçoar a gestão de resíduos



## Série histórica

Gestão de Resíduos							
Indicadores PLS Jud – CNJ	U.M.	2015	2016	2017	2018	2019	2020
DPA – Destinação de papel	Kg	39.283	37.619	44.607	28.412	27.533	14.595
DPL – Destinação de plásticos	Kg	3.172	2.371	476	331	0	37
DVD – Destinação de vidros	Kg	0	0	0	0	0	18
DSI – Destinação de suprimentos de impressão	Un	0	1.782	1.646	460	1.206	0
DPB – Destinação de pilhas e baterias	Kg	0	0	0	48	55	0
DRI - Destinação de resíduos de informática	Kg	0	368	168	306	338	4.944
DLP - Destinação de lâmpadas	Un	0	19.500	0	7.900	0	11.812
DOB - Destinação de resíduos de obras e reformas	Kg	190	65	55	0	0	70
DRS - Destinação de resíduos de saúde	Kg	440	245	304	159	135	174

Fonte: 5º Balanço da Sustentabilidade do Poder Judiciário e Sistema PLS-Jud (CNJ)



## Indicadores

Gestão de Resíduos				
N.	Indicador	Meta 2021/2022	Responsável	Periodicidade
7	Índice de destinação de resíduos sólidos	Destinar 100% dos resíduos sólidos coletados para o destino adequado.	Nucol	Mensal
		100%		
		Crítica		
<p>Fórmula: Total de resíduos destinados adequadamente (KG)/Total de resíduos coletados (KG)*100</p> <p>Total de resíduos = ∑ de resíduos de papel (kg) + plástico (kg) + metais (kg) + vidros (Kg) + Coleta Geral (Kg)</p> <p>Descrição do indicador: mede a quantidade de resíduos sólidos gerados que foram destinados adequadamente, observada a legislação vigente.</p>				



# QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO

Objetivo: Aumentar a adesão de participantes nas ações de QVT



## Série histórica

Qualidade de Vida							
Indicadores PLS Jud – CNJ	U.M.	2015	2016	2017	2018	2019	2020
PQV – Participações em ações de qualidade de vida	Participante	240	892	1.131	1.309	1.075	831
AQV – Quantidade de ações de qualidade de vida	Ação	3	26	10	12	14	13
PS – Participações em ações solidárias	Participante	106	57	105	168	158	0
AS – Quantidade de ações solidárias	Ação	1	1	1	1	1	0
AInc – Ações de inclusão	Ação	0	0	0	0	1	1

Fonte: 5º Balanço da Sustentabilidade do Poder Judiciário e Sistema PLS-Jud (CNJ)



## Indicadores

Qualidade de Vida					
N.	Indicador	Meta 2021/2022		Responsável	Periodicidade
8	Índice de participação em iniciativas que promovem a saúde e a qualidade de vida no trabalho	Aumentar a quantidade total de participantes em ações de QVT em 10% até 31 de dezembro de 2022 (ano referência 2019)		Disao	Anual
		<b>Aumentar em 10%</b>			
		Não crítica	Conservadora		
<p>Fórmula: <math>(\text{Quantidade de participantes em ações de qualidade de vida do ano} / \text{total de servidores e colaboradores da instituição no ano} - \text{Quantidade de participantes em ações de qualidade de vida do ano anterior} / \text{total de servidores e colaboradores da instituição no ano anterior}) \times 100</math></p> <p>Descrição do indicador: mede o percentual de participação do público-alvo nas iniciativas que promovem a saúde e a qualidade de vida no trabalho. Inclui somente ações com público-alvo definido.</p>					





# TELEFONIA

Objetivo: Racionalizar os gastos com telefonia fixa e móvel



## Série histórica

Telefonia							
Indicadores PLS Jud – CNJ	U.M.	2015	2016	2017	2018	2019	2020
GTF – Gasto com telefonia fixa	R\$	218.740,46	221.692,89	184.506,41	59.942,62	21.215,81	25.708,03*
LTF – Linhas Telefônicas Fixas	Linhas	1.434	1.471	1.231	2.700	2.700	2.700
GTM – Gasto com telefonia móvel	R\$	20.405,86	16.260,70	10.218,77	3.928,66	5.729,91	3.235,82*
LTM – Linhas Telefônicas Móveis	Linhas	55	61	54	50	50	50

Fonte: 5º Balanço da Sustentabilidade do Poder Judiciário e Sistema PLS-Jud (CNJ)

(\*) Dados de novembro e dezembro de 2020 pendentes de lançamento em razão da não entrega das contas pela companhia telefônica (informação prestada pela Divisão de Engenharia e Manutenção Predial – Dieng em 15/04/2021).



Telefonia	
Parâmetros para Estabelecimento da Meta	
Quesito	Situação
Compõe o cálculo do IDS	Não
Meta de longo prazo	Sem referência
Resultado no período 2015-2019 – Cenário I –	89% ↓
Tendência observada no período 2015-2019 – Cenário I –	Observou saltos de redução
Resultado em 2020 (em relação a 2019) – Cenário II –	30% ↑ (aumento projetado)
Capacidade estimada de cumprimento – Cenário III –	0%
Meta proposta	Não gastar anualmente mais do que 50% do gasto total de telefonia do ano de 2017
Pontos fortes	Não há
Limitações	Limite de redução alcançado Trabalho híbrido Reformulação do contrato de telefonia móvel para a inclusão de dados
Risco de não atendimento da meta sugerida	Não cumprimento do PLS



## Indicadores

Telefonia					
N.	Indicador	Meta 2021/2022		Responsável	Periodicidade
9	Índice de racionalização de gastos com telefonia	Não gastar anualmente mais do que 50% do gasto total de telefonia do ano de 2017		Dieng	Mensal
		<b>Não aumentar o gasto</b>			
		Não crítica	Conservadora		
Fórmula: $(1 - (\text{Gasto total do ano corrente} / (\text{Gasto total de 2017} \times 0,5))) \times 100$ Gasto Total = $\sum$ despesas em reais (R\$) com telefonia fixa e móvel					
Descrição do indicador: mede o percentual de racionalização de despesa com telefonia.					



# VIGILÂNCIA

Objetivo: Racionalizar os gastos com serviços de vigilância



## Série histórica

Vigilância							
Indicadores PLS Jud – CNJ	U.M.	2015	2016	2017	2018	2019	2020
GVAB – Gastos com contratos de vigilância armada no período-base	R\$	0	0	0	0	0	0
GVDB – Gastos com contratos de vigilância desarmada no período-base	R\$	Não informado	8.669.357,00	8.603.074,00	8.807.120,00	8.945.410,00	5.883.628,00
QVD – Quantidade de postos de vigilância desarmada Postos	Postos	Não informado	80	80	80	80	39
GVT – Gasto total com contratos de vigilância no período de referência	R\$	Não informado	8.669.357,00	8.603.074,00	8.807.120,00	8.945.410,00	5.883.628,00

Fonte: 5º Balanço da Sustentabilidade do Poder Judiciário e Sistema PLS-Jud (CNJ)



## Indicadores

Vigilância					
N.	Indicador	Meta 2021/2022		Responsável	Periodicidade
10	Índice de racionalização de gastos com serviços de vigilância	Não aumentar os gastos com vigilância até 31 de dezembro de 2022, desconsideradas as repactuações (ano referência 2019)		Coisi	Anual
		Não aumentar os gastos			
		Não crítica	Conservadora		
<p>Fórmula: <math>(1 - (\text{Gasto total do ano corrente} / \text{Gasto do ano de 2019})) * 100</math>            Gasto Total = <math>\sum</math> despesas em reais (R\$) com serviços de vigilância</p> <p>Descrição do indicador: mede o percentual de racionalização de recursos financeiros gastos com serviços de vigilância.</p>					



# LIMPEZA

Objetivo: Racionalizar os gastos com serviços e material de limpeza





## Série histórica

Limpeza							
Indicadores PLS Jud – CNJ	U.M.	2015	2016	2017	2018	2019	2020
GLB – Gastos com contratos limpeza no período-base	R\$	5.417.260,61	5.635.660,80	6.031.680,12	5.978.086,20	5.981.308,56	3.822.587,30
m <sup>2</sup> Cont – Área contratada	m <sup>2</sup>	176.968	64.887	64.887	64.887	64.887	81.392
GLR – Gastos com contratos de limpeza no período de referência	R\$	7.792.465,32	5.417.260,61	5.635.660,80	6.031.680,12	5.978.086,20	5.981.308,56
GML – Gasto com material de limpeza	R\$	Não informado	630.912,96	630.912,96	630.912,96	630.912,96	462.208,82

Fonte: 5º Balanço da Sustentabilidade do Poder Judiciário e Sistema PLS-Jud (CNJ)



## Indicadores

Limpeza					
N.	Indicador	Meta 2021/2022		Responsável	Periodicidade
11	Índice de racionalização de gastos com serviços de limpeza	Não aumentar os gastos com limpeza até 31 de dezembro de 2022, desconsideradas as repactuações (ano referência 2019)		Nucol	Anual
		Não aumentar os gastos			
		Não crítica	Conservadora		
<p>Fórmula: <math>((\text{Gasto Total do ano corrente} / \text{Gasto Total no ano de 2019}) - 1) * 100</math></p> <p>Gasto Total = <math>\sum</math> despesas em reais (R\$) com serviços de limpeza</p> <p>Descrição do indicador: mede o percentual de gastos com serviços de limpeza.</p>					



# REFORMAS E LEIAUTE

Objetivo: Racionalizar os gastos com reformas e mudanças de Leiaute



## Série histórica

Reformas e Mudança de Leiaute							
Questionário anual	U.M.	2015	2016	2017	2018	2019	2020
GRB – Gastos com reformas no período-base	R\$	369.375,68	0	7.920,00	233.000,00	180.493,04	43.879,76
GRR – Gastos com reformas no período de referência	R\$	Não informado	369.375,68	0	7.920,00	233.000,00	180.493,04



## Indicadores

Reformas e Mudanças de Leiaute					
N.	Indicador	Meta 2021/2022		Responsável	Periodicidade
12	Índice de racionalização de gastos com adequação de leiaute	Não ultrapassar a previsão de gastos para os exercícios (2021/2022) com reformas e mudanças de leiaute		Dieng	Anual
		<b>Não ultrapassar a previsão de gastos</b>			
		Não crítica	Conservadora		
<p>Fórmula: <math>(1 - (\text{Gasto Total no ano corrente} / \text{Previsão de gasto para o exercício})) * 100</math>            Gasto Total = <math>\sum</math> despesas em reais (R\$) com reformas e mudanças de leiautes</p> <p>Descrição do indicador: mede o percentual de racionalização de recursos financeiros gastos com reformas e mudanças de leiautes.</p>					

Fonte: 5º Balanço da Sustentabilidade do Poder Judiciário e Sistema PLS-Jud (CNJ)



# COMBUSTÍVEL

Objetivo: Racionalizar o consumo de combustíveis (álcool, diesel e gasolina)



## Série histórica

Quilometragem e Combustível							
Indicadores PLS Jud – CNJ	U.M.	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Km – Quilometragem	Km	521.281	460.072	497.945	563.970	545.846	260.684
<b>Combustível</b>							
CG – Consumo de gasolina	Lt	42.701	46.498	46.944	48.782	50.416	26.389
CE – Consumo de etanol	Lt	12.377	10.186	10.631	11.904	12.416	6.242
CD – Consumo de diesel	Lt	7.265	2.577	5.363	3.937	4.480	1.805
CGN – Consumo de gás natural	Lt	0	0	0	0	0	0

Fonte: 5º Balanço da Sustentabilidade do Poder Judiciário e Sistema PLS-Jud (CNJ)



## Indicadores

Quilometragem e Combustível					
N.	Indicador	Meta 2021/2022		Responsável	Periodicidade
13	Índice de racionalização de Km rodada	Não aumentar a quantidade de quilômetros rodados (ano referência 2019)		Diset	Anual
		<b>Não aumentar Km rodados</b>			
		Não crítica	Conservadora		
Fórmula: $(1 - (\text{Total de Km rodados no ano corrente} / \text{Total de Km rodados em 2019})) * 100$					
Descrição do indicador: mede o percentual de racionalização de Km rodados (impacta o consumo de combustíveis, no gasto com manutenção e na emissão de gases poluentes).					





# VEÍCULOS

Objetivo: Racionalizar os gastos com manutenção de veículos



## Série histórica

Veículos							
Indicadores PLS Jud – CNJ	U.M.	2015	2016	2017	2018	2019	2020
VG – Quantidade de veículos a gasolina	Veículos	36	11	11	10	7	6
VEt – Quantidade de veículos a etanol	Veículos	0	0	0	0	0	0
VF – Quantidade de veículos flex	Veículos	48	56	62	61	60	55
VD – Quantidade de veículos a diesel	Veículos	5	5	6	8	8	7
VGN – Quantidade de veículos a gás natural	Veículos	0	0	0	0	0	0
VH – Quantidade de veículos híbridos	Veículos	0	0	0	0	0	0
VEI – Quantidade de veículos elétricos	Veículos	0	0	0	0	0	0
QVs – Quantidade de veículos de serviço	Veículos	26	24	31	38	29	22
QVM – Quantidade de veículos para transporte de magistrados	Veículos	63	48	48	41	46	46
QTV – Quantidade total de veículos	Veículos	89	72	79	79	75	68
GMV – Gasto com manutenção de veículos	R\$	244.400,38	357.593,35	368.559,33	374.993,22	388.860,25	292.872,96
GCM – Gastos com contratos de motoristas	R\$	0	0	0	0	0	0

Fonte: 5º Balanço da Sustentabilidade do Poder Judiciário e Sistema PLS-Jud (CNJ)



## Indicadores

Veículos					
N.	Indicador	Meta 2021/2022		Responsável	Periodicidade
14	Índice de racionalização de gastos com manutenção de veículos	Não aumentar em mais de 10% a.a. os gastos com manutenção preventiva e corretiva até 31 de dezembro de 2022 (ano referência 2019)		Diset	Anual
		<b>Não aumentar em mais de 10% a.a.</b>			
		Não crítica	Conservadora		
Fórmula: $(1 - (\text{Gasto total do ano corrente} / \text{Gasto do ano de 2019})) * 100$ Gasto Total = $\sum$ despesas em reais (R\$) com manutenção de veículos Descrição do indicador: Mede a racionalização de gastos com manutenção de veículos					



# CAPACITAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO EM SUSTENTABILIDADE

Objetivo: Capacitar e sensibilizar o maior número de servidores no tema Sustentabilidade.



## Série histórica

Capacitação e Sensibilização em Sustentabilidade							
Indicadores PLS Jud – CNJ	U.M.	2015	2016	2017	2018	2019	2020
ACap – Ações de capacitação e sensibilização	Ação	3	6	4	7	8	3
PSC – Participação em ações de sensibilização e capacitação	Participante	Não informado	274	233	56	105	305



## Indicadores

Capacitação e Sensibilização em Sustentabilidade					
N.	Indicador	Meta 2021/2022		Responsável	Periodicidade
15	Índice de participação em ações de capacitação em sustentabilidade	Promover ações de capacitação que sensibilizem 10% dos servidores até 31 de dezembro de 2022		Cedap	Anual
		<b>Capacitar 10% dos servidores</b>			
		Não crítica	Moderada		
<p>Fórmula: <math>(\text{Quantidade de servidores que participaram de ações de capacitação no ano} / \text{total de servidores da instituição}) \times 100</math></p> <p>Descrição do indicador: mede o percentual de participação do público-alvo em ações de capacitação em sustentabilidade.</p>					



# CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Objetivo: Aplicar os critérios de sustentabilidade nas aquisições e contratações



## Indicadores

Contratações Sustentáveis				
N.	Indicador	Meta 2021/2022	Responsável	Prazo
16	Índice de quantidade de novas licitações sustentáveis	Implementar o indicador de sustentabilidade em novas licitações	SecGA	Dez/2022
<p>Fórmula: <math>(\text{Quantidade de novas licitações em conformidade com a IN SLTI/MPOG 01/2010}) / (\text{Quantidade de novas licitações})</math></p> <p>Quantidade de novas licitações em conformidade com a IN SLTI/MPOG 01/2010: observação integral, quando cabível, dos arts. 4º a 7º.</p> <p>Quantidade de novas licitações: total de licitações realizadas no período para certames ligados a parâmetros que tenham alguma aplicação sustentável</p> <p>Descrição do indicador: mede o percentual de novas licitações realizadas em conformidade com a IN SLTI/MPOG 01/2010</p>				





# EQUIDADE E DIVERSIDADE

Objetivo: Promover a equidade e diversidade no Tribunal



## Indicadores

Equidade e Diversidade				
N.	Indicador	Meta 2021/2022	Responsável	Prazo
17	Índice de equidade	Implementar o indicador de equidade	SecGP	Dez/2022
Fórmula: (número de servidoras /total de servidores)*100				
Descrição do indicador: mede o percentual de equidade				



# PLANO DE AÇÃO DO PLS (PERÍODO 2021/2022)



# Plano de Ação do PLS-TRF1 (Período 2021/2022)

Papel						
Nº	Ação	Área(s) Responsável(veis)	Data de início	Data de término	Etapas	Previsão de Recursos
1	Implantar Processo Judicial Eletrônico – PJe	CGR-PJE-TRF1 Secin	Jan/2021	Dez/2022	Implantar o Processo Judicial Eletrônico – PJe	Execução do orçamento destinado ao Projeto de implantação do PJe
Copos Descartáveis e Água Envasada						
Nº	Ação	Área(s) Responsável(veis)	Data de início	Data de término	Etapas	Previsão de Recursos
2	Substituir copos descartáveis por copos de vidro para o corpo funcional	Nucol Ascom	Out/2022	mar/2022	Etapa 1 – Distribuir copos de vidro para o corpo funcional  Etapa 2 – Promover campanha para redução do uso de copo descartável	Sem custos



3	Reduzir fornecimento de água mineral em garrafas plásticas	Nucol	Jan/2021	Dez/2022	Reduzir a aquisição da água mineral envasada em 15%	Sem custos
		Ascom			Promover campanha de conscientização	

### Impressão

Nº	Ação	Área(s) Responsável(veis)	Data de início	Data de término	Etapas	Previsão de Recursos
4	Aquisição de solução de impressão sustentável	Diatu	Jan/2021	Dez/2022	Etapa 1 – Elaboração de planejamento da contratação para adquirir solução de impressão sustentável.  Etapa 2 – Implementar o resultado do planejamento aprovado pela administração.	Custo em levantamento

### Energia Elétrica

Nº	Ação	Área(s) Responsável(veis)	Data de início	Data de término	Etapas	Previsão de Recursos
5	Implementar ações de controle e de manutenção dos equipamentos	Dieng	Jan/2021	Dez/2022	Etapa 1 – Manter iluminação em Led em todos os ambientes do Tribunal, com acionamento/desligamento automático nas áreas comuns;	Sem custos



					Etapa 2 – Reduzir funcionamento do sistema de climatização; Etapa 3 – Monitorar consumo.	
6	Promover campanhas	Dieng Ascom	Jan/2021	Dez/2022	Etapa 1 – Promover campanhas de conscientização para desligar iluminação, equipamentos eletrônicos e aparelhos de ar-condicionado quando não utilizados.	Sem custos

#### Água e Esgoto

Nº	Ação	Área(s) Responsável(veis)	Data de início	Data de término	Etapas	Previsão de Recursos
7	Implementar ações de controle e de manutenção dos equipamentos	Dieng	Jan/2021	Dez/2022	<p>Efetuar a leitura dos hidrômetros das edificações do Tribunal 4 vezes ao dia, com lançamento e checagem dos números.</p> <p>Promover ações emergenciais para sanar vazamentos e aumentos inesperados de consumo.</p> <p>Reaproveitar a água para a lavagem de pisos.</p> <p>Promover Instalação e manutenção de válvulas de redução de pressão, válvulas de controle de</p>	Disponível no orçamento destinado à engenharia



					enchimento de reservatórios (bóias de desligamento automático), torneiras de fechamento automático e vasos com caixas acopladas, e demais itens que possam reduzir o consumo.  Garantir que o esgoto esteja sendo eliminado corretamente na rede sem interferências nas redes pluviais ou encaminhamento de dejetos incorretamente na rede pública.	
8	Promover campanhas de conscientização	Dieng/Ascom	Jan/2021	Dez/2022	Promover campanhas de conscientização para redução do consumo de água e evitar o desperdício.	Sem custos
<b>Gestão de Resíduos</b>						
Nº	Ação	Área(s) Responsável(veis)	Data de início	Data de término	Etapas	Previsão de Recursos
9	Criar central de coleta seletiva	Nucol	Jan/2021	Dez/2022	Criar central de coleta seletiva	Custos em avaliação
10	Promover campanhas de conscientização	Nucol Ascom	Set/2021	Dez/2022	1-Elaboração do conteúdo 2-Escolha de meios de 3-Aprovação 4-Divulgação	Sem custos



11	Implementar coleta de resíduos eletrônicos permanente	Diatu Nucol	Out/2021	Dez/2022	Etapa 1 – Distribuir coletores nas instalações do TRF1 Etapa 2 - Firmar parceria com instituição capacita para receber e tratar os resíduos	Sem custos
<b>Qualidade de Vida</b>						
Nº	Ação	Área(s) Responsável(veis)	Data de início	Data de término	Etapas	Previsão de Recursos
12	Disponibilizar serviços continuados de saúde	Diasa	Jan/2021	Dez/2022	Disponibilizar serviços continuados de atendimento médico, odontológico, fisioterápico, nutricional, enfermagem e psicológico  Disponibilizar prestação de cuidados e informações, orientações e apoio necessários quanto a situações vivenciadas no âmbito do trabalho, da família e do convívio social, direcionado à saúde e bem-estar  Disponibilizar serviço de berçário	Disponível no orçamento destinado aos serviços de saúde
13	Promover ações de qualidade de vida	Disao/Diasa	Jan/2021	Dez/2022	Realizar avaliação ergonômica dos postos de trabalho e ambientes laborais.  Promover ações de sensibilização do corpo funcional sobre ergonomia no trabalho e	Disponível no orçamento destinado aos serviços de saúde





					<p>teletrabalho.</p> <p>Realizar a Semana de Saúde Ocupacional.</p> <p>Elaborar parecer técnico para avaliação de aquisição de mobiliário do ponto de vista ergonômico</p> <p>Promover a adaptação do posto de trabalho de servidores e/ou magistrados e/ou força de trabalho auxiliar portadores de necessidades especiais.</p> <p>Acompanhar, por meio das consultas dos Exames Periódicos de Saúde – EPS, o estado de saúde dos magistrados e servidores.</p> <p>Realizar o monitoramento dos casos de Covid-19 do corpo funcional.</p> <p>Promover ações voltadas à saúde, bem-estar e qualidade de vida no ambiente de trabalho.</p> <p>Promover incentivo à prática de atividade física na unidade de treinamento e condicionamento físico Espaço Bem-Estar.</p> <p>Promover ações que sensibilizem e incentivem</p>	
--	--	--	--	--	--	--



					<p>a adoção de práticas sustentáveis e conscientização da temática sustentabilidade.</p> <p>Realizar Campanha de Lixo Eletrônico</p> <p>Promover o Dia do Consumo Consciente.</p> <p>Promover ação de inclusão para magistrado, servidor e força de trabalho auxiliar com deficiência em conjunto com a Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão</p> <p>Elaborar informativos sobre a Covid-19 em parceria com a Seção de Saúde Ocupacional</p> <p>Elaborar informativos para sensibilização do corpo funcional acerca das datas comemorativas de saúde, bem-estar e qualidade de vida no trabalho.</p> <p>Elaborar informativos para sensibilização do corpo funcional acerca das datas comemorativas relacionadas à sustentabilidade e ao meio ambiente.</p> <p>Realizar a Semana do Coração, que contempla serviços de verificação das pressões arterial e ocular, circunferência abdominal, exame de</p>	
--	--	--	--	--	--	--



					glicemia capilar e cálculo do índice de Massa Corporal – IMC  Promover ações com foco na promoção de saúde  Promover o Programa Doe Sangue Doe Vida	
14	Promover ações de qualidade de vida	Asrep	Jan/2021	Dez/2022	Realizar, semanalmente, às terças-feiras, no túnel de passagem do Ed. Sede I para o Ed. Sede II, a feira orgânica.	Sem custos
15	Promover ações que favorecem as relações interpessoais saudáveis	Asrep	Jan/2021	Dez/2022	Promover ações que favorecem as relações interpessoais saudáveis, contribuindo para um ambiente de trabalho harmônico, integrado e acolhedor: Comemorar o Dia do Servidor Comemorar o Dia da Mulher Comemorar o Dia dos Pais Comemorar o Dia das Mães	Sem custos
16	Promover ações solidárias	Asrep	Jan/2021	Dez/2022	Realizar a árvore da solidariedade	Sem custos
17	Promover ações solidárias	Esmaf	Jan/2021		Instalação de caixas para recolhimento das tampinhas para reciclagem, nos edifícios do	Sem custos



					TRF1, para serem doadas às instituições de caridade.	
<b>Telefonia</b>						
Nº	Ação	Área(s) Responsável(veis)	Data de início	Data de término	Etapas	Previsão de Recursos
18	Avaliar melhores condições de contratos	Dieng SecGA	Jan/2021	Dez/2022	Avaliar, periodicamente, as condições pactuadas nos contratos de telefonia, com o objetivo de analisar possibilidade de redução de custos.	Sem custos
<b>Vigilância</b>						
Nº	Ação	Área(s) Responsável(veis)	Data de início	Data de término	Etapas	Previsão de Recursos
19	Avaliar melhores condições de contratos	Coisi	Jan/2021	Dez/2022	Avaliar as condições pactuadas nos contratos de segurança, com o objetivo de analisar possibilidade de redução de custos.	Sem custos
<b>Limpeza</b>						
Nº	Ação	Área(s) Responsável(veis)	Data de início	Data de término	Etapas	Previsão de Recursos



20	Avaliar melhores condições de contratos	Nucol	Jan/2021	Dez/2022	Revisar o dimensionamento de equipes e materiais de consumo necessários às atividades de limpeza do Tribunal.	Sem custos
21	Implementar controle de insumos dos contratos de limpeza	Nucol	Jan/2021	Dez/2021	Criação de ferramenta para medir e controlar os insumos fornecidos na execução contratual	Sem custos
22	Adquirir produtos biodegradáveis	Nucol	Jan/2021	Dez/2022	Usar preferencialmente produtos biodegradáveis de limpeza para os novos contratos.	Disponível no orçamento destinado aos serviços de limpeza

Leiaute

Nº	Ação	Área(s) Responsável(veis)	Data de início	Data de término	Etapas	Previsão de Recursos
----	------	---------------------------	----------------	-----------------	--------	----------------------



23	Otimizar espaços	Dieng	Jan/2021	Dez/2021	Analisar projetos objetivando o melhor aproveitamento dos espaços, com menor quantidade de novas instalações.	Disponível no orçamento destinado à área de engenharia
24	Editar de normativo referente alteração de leiaute.	Dieng (SecGA)	Jan/2021	Dez/2021	<p>Etapa 1 – Otimizar custos de aquisição de materiais de novos leiautes, seja por compra de material por meio de contrato de manutenção, seja por aquisições por meio de Termos de Referência de aquisição de material por quantidade/período definidos ou Atas de Registro de Preços .</p> <p>Etapa 2 – Conscientizar dos usuários através de campanhas quanto a ambientes mais abertos e melhor aproveitados.</p> <p>Etapa 3 – Elaborar portaria para orientação de como, quem e porque deverá solicitar a alteração de leiaute de forma a evitar que alterações desnecessárias sejam demandas.</p>	Sem custos

#### Combustível e Veículos

Nº	Ação	Área(s) Responsável(veis)	Data de início	Data de término	Etapas	Previsão de Recursos
25	Modernizar sistema de transportes do Tribunal	Diset	Jan/2021	Dez/2022	<p>Etapa 1 – Apresentar Estudo para avaliar de forma comparativa os modelos atual e alternativos de transporte institucional</p> <p>Etapa 2 – Implementar o resultado do estudo para</p>	Custos em avaliação



					modernização do sistema de transportes do Tribunal	
Capacitação e Sensibilização						
Nº	Ação	Área(s) Responsável(veis)	Data de início	Data de término	Etapas	Previsão de Recursos
26	Promover ações de sensibilização em sustentabilidade	Ascom	Jan/2021	Dez/2022	<p>Promover ações que sensibilizem e incentivem a adoção de práticas sustentáveis e conscientização da temática sustentabilidade</p> <p>Realizar Campanha de Lixo Eletrônico</p> <p>Elaborar informativos para sensibilização do corpo funcional acerca das datas comemorativas relacionadas à sustentabilidade e ao meio ambiente</p> <p>Realizar campanhas em conjunto com os grupos executivos para conscientização ambiental</p> <p>Divulgar a Cartilha do Teletrabalho</p> <p>Divulgar os resultados e experiências bem sucedidas do TRF, interna e externamente</p> <p>Elaborar e implementar o Plano de Comunicação</p> <p>Explorar todos os canais de comunicação disponíveis, inclusive criando novos canais, para</p>	Sem custos



					ampliar o alcance das ações de sustentabilidade	
					Reestruturar a página da Gestão Sustentável no portal do TRF1 com a criação de um ambiente para divulgação de conteúdo técnico	
27	Promover ações de capacitação em sustentabilidade	Cedap	Jan/2021	Dez/2022	Ofertar solução educacional voltada para a gestão da sustentabilidade na Semana do Meio Ambiente  Realizar ação educacional sobre consumo consciente.	Disponível no orçamento destinado à capacitação
28	Elaborar estudo sobre oferta de trilhas de aprendizagem sobre a temática Contratações Públicas Sustentáveis	Cedap	Jan/2021	Dez/2022	Dar início a estudo aprofundado sobre as três fases da contratação pública (planejamento, licitação e contratos), objetivando elaborar matrizes instrucionais para cada uma delas e construir trilhas de aprendizagem sobre a temática.	Sem custos

### Contratação Sustentável

Nº	Ação	Área(s) Responsável(veis)	Data de início	Data de término	Etapas	Previsão de Recursos
----	------	---------------------------	----------------	-----------------	--------	----------------------





29	Promover o desenvolvimento sustentável nos processos de aquisição, contratação e compras	SecGA	Jan/2021	Dez/2022	Implementar o indicador de sustentabilidade em novas licitações	Sem custos
<b>Equidade e Diversidade</b>						
	<b>Ação</b>	<b>Área(s) Responsável(veis)</b>	<b>Data de início</b>	<b>Data de término</b>	<b>Etapas</b>	<b>Previsão de Recursos</b>
30	Promover a equidade de gênero	SecGP	Out/2021	Dez/2022	Implementar o indicador de equidade	Sem custos



# Práticas de sustentabilidade, racionalização e consumo consciente quanto à aquisição de materiais e à contratação de serviços

## Papel e suprimentos de impressão

1. Dar preferência ao uso de comunicação eletrônica evitando o uso do papel.
2. Evitar a impressão de documentos.
3. Fazer a revisão dos documentos antes de imprimi-los.
4. Sempre que possível, imprimir em fonte econômica (eco fonte) e frente e verso.
5. Configurar ou substituir os equipamentos de impressão e cópia para modo frente e verso automático.
6. Somente disponibilizar um cartucho/tonner novo ao receber o velho completamente vazio.
7. Reaproveitar as folhas impressas de um lado para nova impressão ou confecção de blocos de rascunho.
8. Dar preferência ao uso do papel reciclado ou não clorado;
9. Realizar campanhas de sensibilização e consumo consciente quanto ao uso do papel,
10. Monitorar os dados de consumo e informá-los ao corpo funcional.



## Forma de trabalho e Sistemas informatizados

1. Incentivar, na medida do possível, o modelo de trabalho remoto.
2. Promover o desenvolvimento de sistemas informatizados de documentos em substituição aos documentos impressos.
3. Interagir de forma eficiente com os sistemas eletrônicos de processos administrativos e/ou judiciais com o objetivo de evitar a impressão.
4. Digitalizar os documentos impressos.
5. Promover o uso de ferramentas virtuais na gestão administrativa para melhor controle, gerenciamento e atendimento de demandas.

## Copos Descartáveis e águas engarrafadas

1. Substituir o uso de copos descartáveis por copos de vidro, por copos retornáveis duráveis ou biodegradáveis.
2. Dar preferência para aquisição de copos produzidos com materiais que minimizem os impactos socioambientais.
3. Incentivar o uso do copo retornável com campanhas de sensibilização e consumo consciente.
4. Monitorar os dados de consumo e informá-los ao corpo funcional.



5. Substituir o consumo de água engarrafada em copos plásticos de 200 ml e garrafas plásticas por garrafões de 20 litros, sistemas de filtragem ou bebedouros tendo em vista as questões económico-financeiras e impactos ambientais negativos gerados pelos resíduos plásticos.
6. Higienizar periodicamente os equipamentos como garrafões de 20 litros, bebedouros e sistemas de filtragem de acordo com os normativos legais ou instruções do fabricante.

### Material de limpeza

1. Usar preferencialmente produtos biodegradáveis de limpeza.
2. Incluir nos contratos de limpeza a capacitação e sensibilização periódica das equipas de limpeza.
3. Rever as rotinas de trabalho quanto à limpeza das instalações de modo a otimizar os serviços realizados.

### Energia Elétrica

1. Fazer diagnóstico da situação das instalações elétricas e propor as alterações necessárias para redução de consumo.
2. Monitorar os dados de consumo e informá-los ao corpo funcional.
3. Desligar luzes e equipamentos ao se ausentar do ambiente.



4. Fechar as portas e janelas quando o ar condicionado estiver ligado para não diminuir sua eficiência.
5. Aproveitar as condições naturais do ambiente de trabalho – ventilação, iluminação natural.
6. Desligar alguns elevadores nos horários de menor movimento e promover campanhas de incentivo ao uso das escadas.
7. Revisar o contrato de energia visando à racionalização em razão da real demanda de energia elétrica.
8. Dar preferência, quando da substituição, a aparelhos de ar condicionado e outros equipamentos eletroeletrônicos mais modernos e eficientes, respeitadas as normas técnicas vigentes.
9. Buscar implementar soluções que tragam eficiência energética à edificação, como a substituição de lâmpadas fluorescentes por dispositivos em *Led*, placas fotovoltaicas para captação de energia solar e outras tecnologias limpas para geração de energia.
10. Utilizar, sempre que possível, sensores de presença em locais de trânsito de pessoas.
11. Reduzir a quantidade de lâmpadas, estabelecendo um padrão por m<sup>2</sup> e estudando a viabilidade de se trocar as calhas embutidas por calhas “invertidas”.
12. Realizar campanhas de sensibilização e consumo consciente quanto ao uso da energia.

## Água e Esgoto



1. Realizar levantamento e monitorar, periodicamente, a situação das instalações hidráulicas e propor alterações necessárias para redução do consumo.
2. Monitorar os dados de consumo e informá-los ao corpo funcional.
3. Adotar medidas para evitar o desperdício de água como a instalação de descargas e torneiras mais eficientes e com dispositivos economizadores.
4. Não utilizar água nobre para fins não nobres (ex: lavagem de veículos, manutenção de jardins, lavagem de brises).
5. Criar rotinas periódicas para lavagem de grandes áreas e irrigação de jardins.
6. Dar preferência a sistemas de reuso de água e tratamento dos efluentes gerados.
7. Dar preferência a sistemas de medição individualizados de consumo de água.
8. Analisar a viabilidade de aproveitamento da água da chuva e poços artesianos, com a devida outorga, e
9. Realizar campanhas de sensibilização e consumo consciente quanto ao uso da água.



## Gestão de resíduos

1. Promover a implantação da coleta seletiva em consonância com a Resolução CONAMA 275/2001, o Decreto 5.940/2006, a Lei 12.305/2010 e demais legislação pertinente, quanto ao estabelecimento de parcerias com cooperativas de catadores e tabela de cores.
2. Promover a destinação ecologicamente correta dos resíduos gerados (desde material de expediente até óleos lubrificantes, pneus, pilhas, baterias, lixo eletrônico, quando houver).
3. Realizar campanhas de sensibilização e consumo consciente quanto ao descarte correto de resíduos.
4. Monitorar os dados de consumo e informá-los ao corpo funcional.
5. Implantar planos de gestão de resíduos de saúde nos casos cabíveis, conforme previsto na RDC ANVISA 306/2004.
6. Incluir nos contratos para cessão de espaço público que tenham como objetos restaurantes ou lanchonetes, previsão para que a contratada dê destino ecologicamente correto ao óleo de cozinha, apresentando relatório mensal dos resíduos gerados, e
7. Incluir nos contratos de manutenção predial a descontaminação e descarte ecologicamente correto de lâmpadas.



## Qualidade de vida no ambiente de trabalho

1. Adotar medidas para promover um ambiente físico de trabalho seguro e saudável.
2. Adotar medidas para avaliação e controle da qualidade do ar nos ambientes climatizados.
3. Realizar manutenção ou substituição de aparelhos que provocam ruídos no ambiente de trabalho.
4. Promover atividades de integração e de qualidade de vida no trabalho.
5. Realizar campanhas, oficinas, palestras e exposições de sensibilização das práticas sustentáveis para os servidores, funcionários terceirizados e magistrados com divulgação por meio da intranet, cartazes eletrônicos e informativos.
6. Incentivar a adoção de práticas sustentáveis e colaborativas reconhecendo e premiando as unidades que possuem bons índices de consumo.
7. Incentivar a realização de cursos à distância com a temática da sustentabilidade reforçando as práticas realizadas no tribunal.
8. Buscar parcerias com a comunidade e órgãos da administração local no sentido de implementação de possíveis inovações e serviços (ex: coleta de óleo pela concessionária local, recolhimento de lixo eletrônico, etc.), e
9. Trocar experiências com outros órgãos no sentido de buscar novas práticas.

## Veículos e transporte





1. Substituir, na medida do possível, a frota do órgão por serviços de transporte terceirizados (ex.: TaxiGov)
2. Dar preferência a contratos de aquisição de veículos com dação em pagamento.
3. Estabelecer rotas preferenciais entre os destinos mais utilizados considerando a redução no consumo de combustíveis e emissão de gases poluentes.
4. Utilizar preferencialmente combustíveis menos poluentes e de fontes renováveis como o etanol.
5. Estabelecer rotinas de manutenção preventiva nos veículos.
6. Dar preferência à lavagem ecológica de veículos oficiais, e
7. Estabelecer intervalos sustentáveis entre as lavagens de veículos oficiais.

## Mobiliário

1. Adquirir mobiliário observando as normas de ergonomia.
2. Observar a origem legal do produto no caso dos itens em madeira.

## Desfazimento de documentos, materiais e bens móveis



1. Recomendar que o desfazimento de bens móveis e materiais tenha o apoio das unidades ou núcleos socioambientais, para identificação da melhor destinação, considerando o que estabelece Lei 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos e Decreto 7.404/2010, que regulamenta a mencionada Lei.
2. Descartar de forma ecologicamente correta os documentos e processos judiciais de acordo com a tabela de temporalidade e Recomendação CNJ 37/2011.
3. Incentivar ações de reutilização de materiais.

### Contratações sustentáveis

1. Adotar os critérios socioambientais constantes do *Manual de Sustentabilidade nas Compras e Contratos*, do Conselho da Justiça Federal (utilizar subsidiariamente o *Guia Nacional de Licitações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União*, bem como de documentos similares expedidos por outros órgãos públicos, quando necessário).
2. Realizar análise de consumo antes da contratação para avaliação da real necessidade de aquisição.

### Material de consumo – planejamento e uso



1. A unidade responsável pela administração de material do órgão deve controlar e monitorar os dados de consumo e informá-los às unidades de trabalho.
2. Os gestores devem informar ao corpo funcional os índices de consumo da unidade estimulando o consumo consciente em busca do ponto de equilíbrio.



# Ações de Divulgação, Sensibilização e Capacitação

1. Divulgação de reuniões da Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável.
2. Divulgação de informativos para sensibilização do corpo funcional acerca das datas comemorativas relacionadas à sustentabilidade e ao meio ambiente (Calendário da Sustentabilidade).
3. Divulgação do Painel da Sustentabilidade da 1ª Região.
4. Divulgação de campanhas promovidas pelos grupos executivos do PLS.
5. Divulgação de manuais relacionados à sustentabilidade.
6. Divulgação dos resultados e experiências bem sucedidas do Tribunal relacionadas à sustentabilidade.
7. Sensibilização do corpo funcional para incentivo de adoção de práticas sustentáveis e conscientização da temática sustentabilidade (ex.: consumo consciente, coleta seletiva etc.).
8. Utilização de todos os canais de comunicação disponíveis, e criação de novos canais de comunicação, para ampliar o alcance das ações de sustentabilidade.
9. Aprimoramento da página da Gestão Sustentável no portal do TRF1 com a criação de um ambiente de divulgação de conteúdo técnico.



10. Capacitação dos integrantes da Comissão Gestora do PLS e dos seus grupos executivos em gestão da sustentabilidade.

11. Capacitação de servidores afetos à área de contratação em contratação sustentável.

